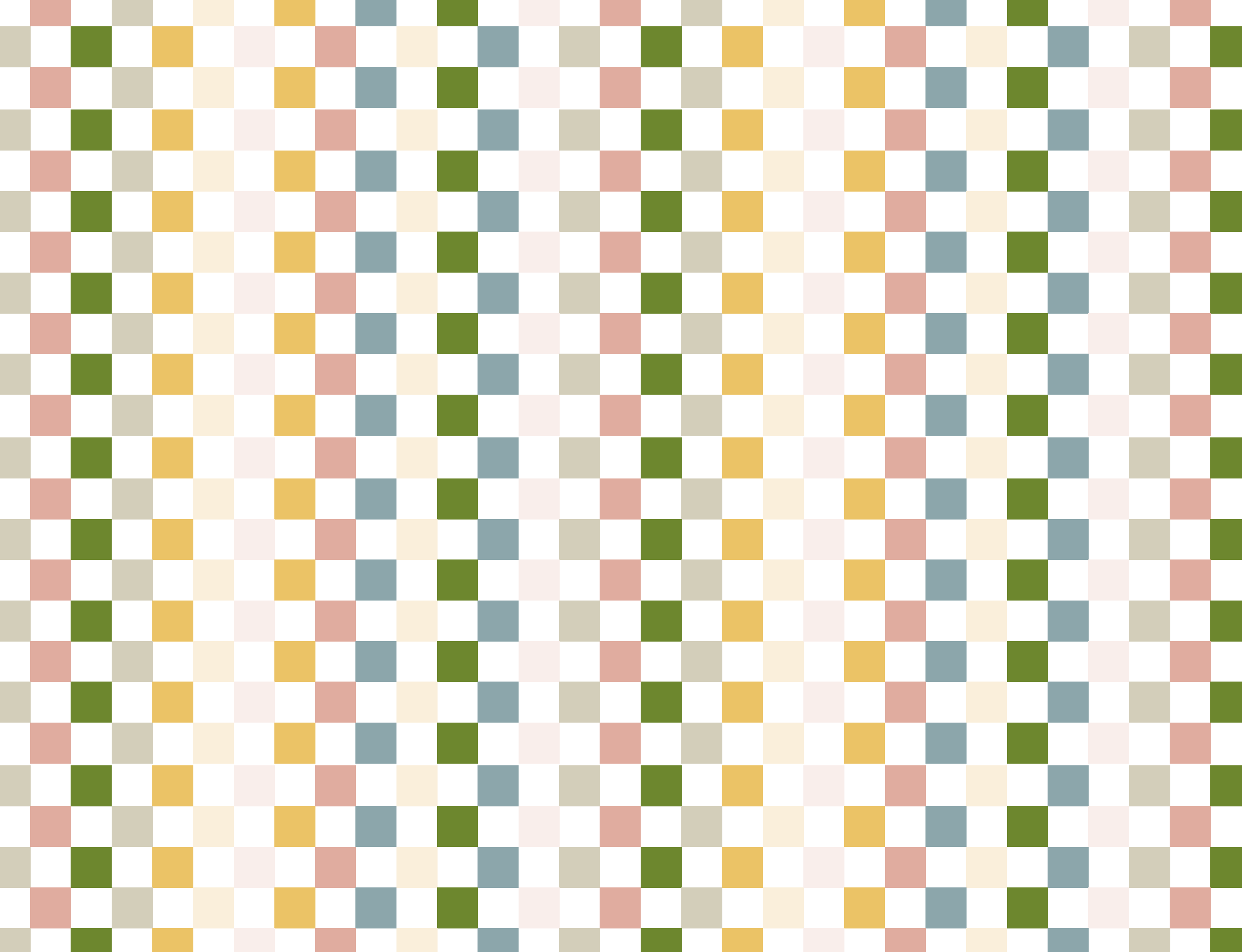


Eu no Mundo: de Mãos Dadas pelos Direitos e Deveres

CPCJ Santa Cruz



**EU NO MUNDO:
DE MÃOS DADAS PELOS DIREITOS E DEVERES**

COORDENAÇÃO/AUTORIA:
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Cruz

PREFÁCIO:
Sofia Henriques

ILUSTRAÇÕES/ COMPOSIÇÕES ARTÍSTICAS:
Alunos do 5º Ano das turmas A,B, C e D

CAPA DO LIVRO:
Joana Raimundo

EDIÇÃO:
Câmara Municipal de Santa Cruz

Loja do Município - Caniço
Rua Francisco Peres, Edifício Jardins do Caniço,
Loja no 25, 1o andar, 9125 - 014 Caniço

Telefone: 291 520 117 / Telemóvel: 910 235 443
Email: **CPCJ.SantaCruz@cnpdpcj.pt**

Linha Gratuita:
800 207 412

Eu no Mundo: de Mãos Dadas pelos Direitos e Deveres

CPCJ Santa Cruz

“As crianças são um símbolo do futuro, sendo fundamental, contudo, não esquecer que elas SÃO O PRESENTE e que as nossas ações devem garantir-lhes uma infância bem aproveitada, plena dos seus direitos fundamentais, mas também dos seus deveres, como princípios básicos para criarmos a oportunidade de poderem ser o que quiserem, hoje e amanhã.”

**Dra. Micaela Fonseca, Representante do Governo
Regional Junto da CNPDPCJ**

PREFÁCIO

“Eu no Mundo: de Mãos Dadas pelos Direitos e Deveres” é o título do presente livro, que nasce a partir de uma iniciativa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Cruz através do Projeto “Mão da Prevenção”, decorrente de um Concurso de Poesia Visual direcionado a alunos de 5º ano de escolaridade da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz. Deste modo pretende-se promover o reconhecimento e interiorização dos seus Direitos e Deveres como agentes ativos no mundo, mediante uma prática positiva.

Ao folhearmos este livro seremos presenteados com belas e criativas composições artísticas concebidas pelos alunos, que representam os Direitos e Deveres das Crianças, de acordo com os seus conhecimentos e valores.

Os participantes tiveram a oportunidade de realizar a sua Poesia Visual dos seus Direitos e Deveres centrados na premissa dos três RRR (Respeito por Mim, Respeito pelo Outro, Responsabilidade das minhas Ações), tendo assim uma melhor consciência dos Deveres e Direitos que caminham de mãos dadas durante toda a sua vida.

É importante que através deste tipo de dinâmicas consigamos semear valores, incutindo a importância do respeito por si e pelo outro, da obrigação de responder pelas suas próprias ações e de agir de acordo com os Direitos e Deveres Humanos.

Vivemos numa época marcada pela “Crise de Valores”, urge a união entre a família, a escola e a sociedade, no sentido de inverter esta situação, porque nada está perdido, é possível recomeçar. Neste sentido, acreditamos que este tipo de trabalho, aqui apresentado, pode marcar a diferença. Estamos a proporcionar às nossas crianças e aos nossos jovens a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e a promoção de valores, atitudes e comportamentos que certamente contribuirão para a construção de um mundo mais justo, inclusivo e solidário.

O leitor terá igual oportunidade de ler sobre os Direitos das crianças e jovens retirados do Site da UNICEF e alguns Deveres que devem fazer parte da sua prática diária, bem como conhecer um pouco sobre as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Sofia Henriques

A SABER...

É importante salientar que nem sempre as crianças e jovens tiveram os seus Direitos defendidos e protegidos. Foi por isso que, em 20 de novembro de 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Convenção dos Direitos das Crianças em que 196 Países comprometeram-se a defender e a proteger todas as crianças e jovens até aos 18 anos de idade. Esta Convenção foi radicada em Portugal no ano seguinte, em 21 de setembro de 1990.

É composta por 54 artigos, distribuídos por quatro Princípios Básicos: o Princípio da Não Discriminação; o Princípio do Direito à Vida e à Sobrevivência; o Princípio do Respeito pela Opinião da Criança e o Princípio do Interesse Superior da Criança.

OS PRINCÍPIOS DA CONVENÇÃO

Estes Princípios determinam que os países e os seus governos têm a obrigação de proteger todas as crianças e jovens contra todas as formas de discriminação e de promover os seus direitos independentemente da raça, cor, sexo, género, língua, religião, opinião, etnia, etc. É nestes Princípios que estão consagrados os Direitos das Crianças e Jovens que procuram salvaguardar o bem-estar e a dignidade de todos e onde estão contemplados de forma igualitária os direitos cívicos, sociais, políticos, económicos e culturais.

O PRINCÍPIO DO DIREITO À VIDA E À SOBREVIVÊNCIA

Defende que todas as crianças e jovens devem ter acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que possam desenvolver-se plenamente, nomeadamente ter acesso a todos os serviços necessários à sua sobrevivência e vida e que lhes proporcione o seu desenvolvimento físico, mental, cognitivo, emocional, social e cultural.

O PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Defende que todas as crianças e jovens têm os mesmos direitos independentemente da sua cor, religião, sexo, género, língua, da sua nacionalidade e origem étnica, da sua condição social ou económica, do seu nascimento, incapacidade ou de qualquer outra situação.

PRINCÍPIO DO RESPEITO PELA OPINIÃO DA CRIANÇA

Defende que as crianças e jovens devem ser ouvidos, devem ser livres de ter opiniões sobre questões que lhes dizem respeito e que as suas opiniões devem ser consideradas de acordo com a sua idade e maturidade, incluindo em qualquer processo judiciário ou administrativo que lhes afete.

O PRINCÍPIO DO INTERESSE SUPERIOR DA CRIANÇA

Considera que o Interesse Superior da criança deve estar presente sempre que as autoridades de um país tomem decisões que afetem e ou digam respeito à suas vidas, nomeadamente no referente às decisões de Tribunais, das Autoridades Administrativas, dos Órgãos Legislativos, das Instituições Públicas e Instituições Privadas de Solidariedade Social. Todas as decisões devem ser tomadas tendo em conta o que for melhor para as crianças e jovens.

COMO TUDO COMEÇOU...

Tudo começou com uma iniciativa da CPCJ de Santa Cruz dentro do Projeto “Mão da Prevenção” para celebrar o dia 20 de novembro - Dia Internacional pelos Direitos das Crianças, em que foi lançado um desafio aos alunos das turmas de 5º ano de escolaridade da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz. A atividade consistiu num concurso de Poesia Visual, mediante o qual os alunos criaram as suas composições artísticas recorrendo à Poesia Visual para abordarem os seus Direitos e Deveres. O objetivo primordial foi trabalhar junto dos alunos os seus Direitos e Deveres e consciencializá-los para a importância dos mesmos como pilares que regem a sua vida, que os protegem e salvaguardam, que os priorizam no seu desenvolvimento integral e que os colocam no mundo enquanto agentes ativos e participativos do seu processo de desenvolvimento. Para tal, os alunos centraram a sua ação nos conhecimentos adquiridos ao longo da sua vida, utilizando a premissa dos três RRR como base para repensarem nos seus Direitos e Deveres, nomeadamente no Respeito por Si, no Respeito pelo Outro e na Responsabilidade das Suas Ações...

Mais tarde, o Concurso Poesia Visual deu lugar a uma Exposição na Casa da Cultura de Santa Cruz, com os trabalhos realizados pelos alunos, que decorreu durante os meses de dezembro e janeiro, onde os visitantes-leitores puderam vislumbrar e deliciar-se com tão magníficas Composições Artísticas.

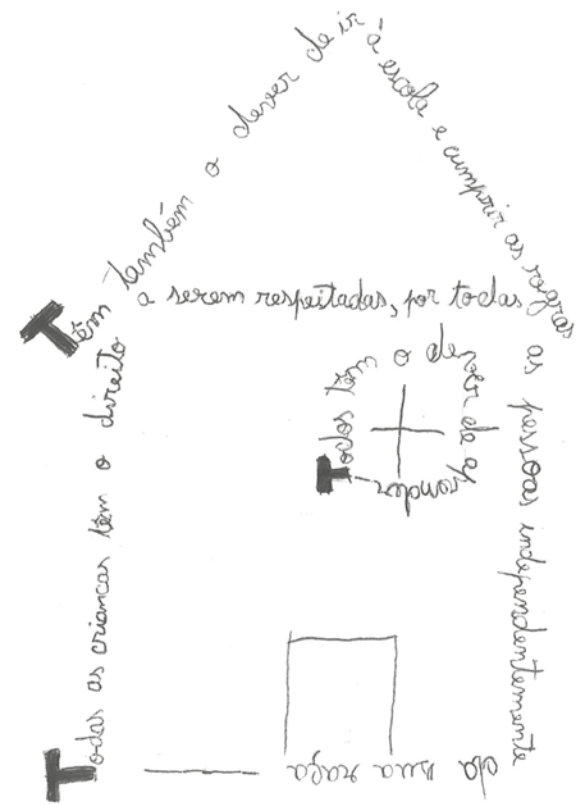
São estes mesmos trabalhos que o leitor pode apreciar ao longo deste livro acompanhados com a descrição dos Direitos das Crianças e Jovens, alguns Deveres, bem como algumas informações sobre a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Procuramos através deste livro contribuir para a divulgação dos trabalhos das crianças e da sua interação enquanto construtores do seu conhecimento, quer académico, quer cultural, quer artístico, quer social e pessoal contribuindo, deste modo, para a aquisição de conhecimentos que lhes dizem respeito e que lhes são fundamentais, bem como para a consciencialização e interiorização de valores imprescindíveis à construção da pessoa humana.

Consideramos relevante falar sobre as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens como forma de dar a conhecer um pouco mais da importância destas Instituições na salvaguarda e proteção dos Direitos das Crianças e Jovens.

A EXPOSIÇÃO

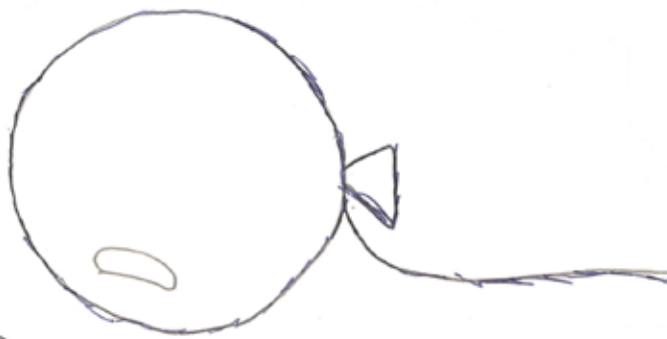




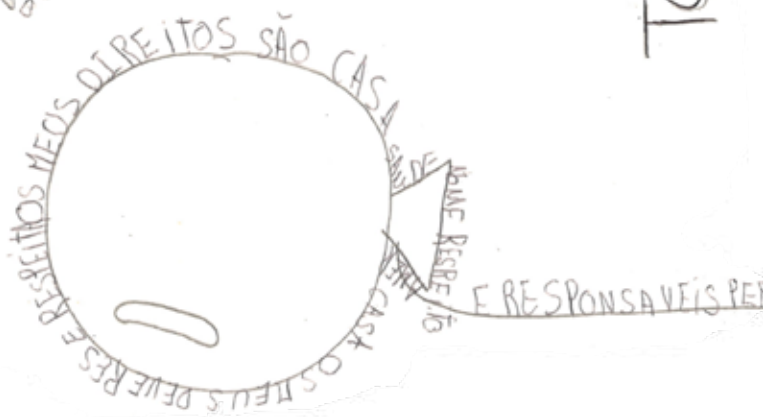


AS CRIANÇAS TÊM O DIREITO DE SEREM AMADAS.
 E TÊM O DIREITO DE SEREM
 SAUDÁVEIS
 SEM DELAÇÃ
 QUE PRE
 SO E LOM + O
 AJUDAR O PR
 SO E LOM + O
 EITAR OS MAIS
 R DE RES
 DE DEVE

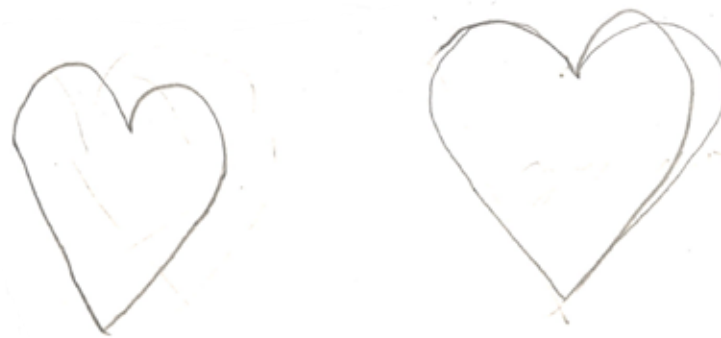
HAPPY
BIRTHDAY
JOÃO PEDRO



OS MEUS DIREITOS SÃO SAÚDE
NOME RESPEITO AMOR CASA OS MEUS DE-
VERES RESPEITAR OS PAIS
E RESPONSAVEIS POR CONTER A ESCOLA E COMPARAR O TRABALHO



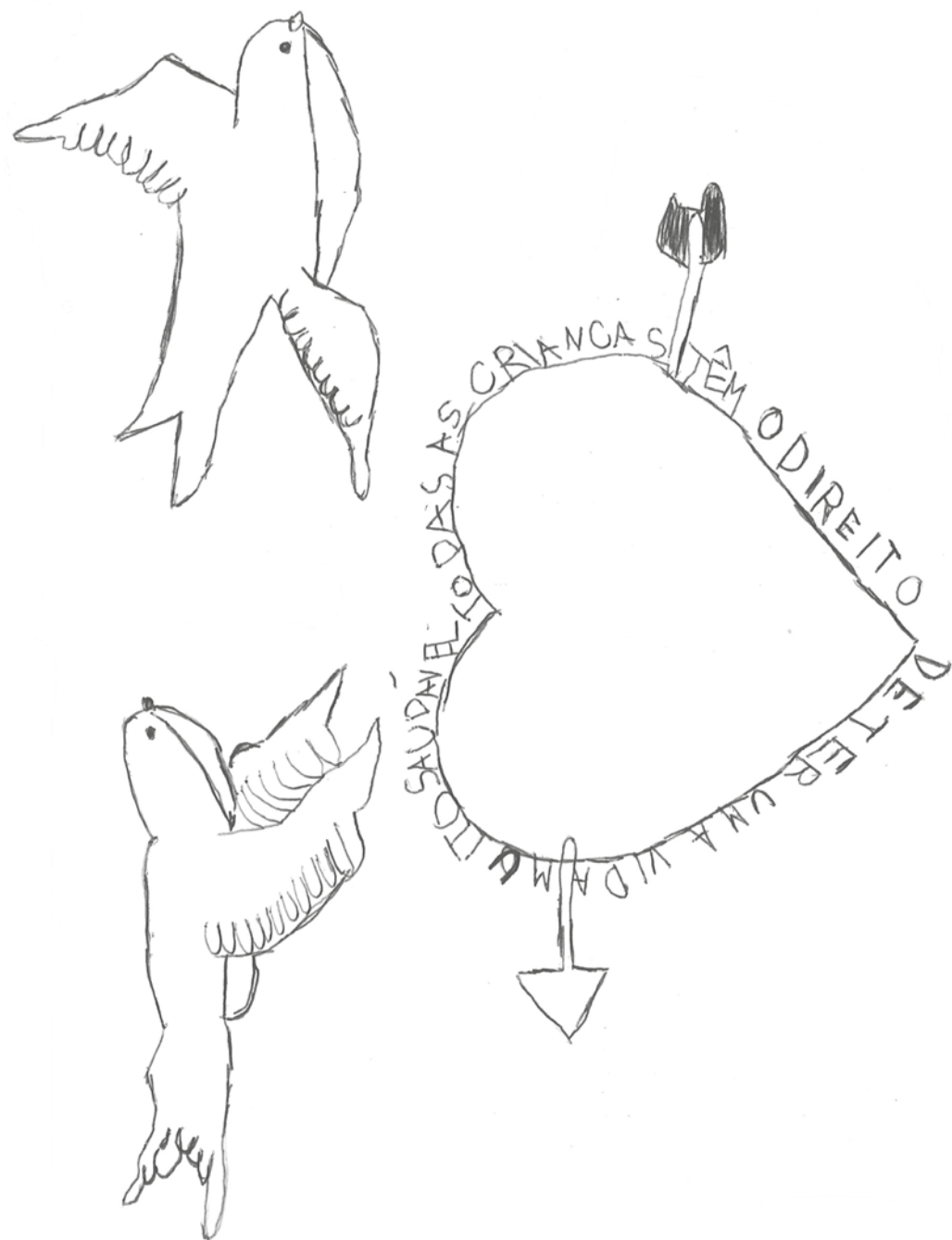
Toni



UMA FAMÍLIA AS CRIANÇAS TÊM O DEVER-DE-TER AMOR E SAÚDE
TODAS AS CRIANÇAS TÊM O DIREITO-DE-TER



**“EU NO MUNDO:
DE MÃOS DADAS
PELOS DIREITOS
E DEVERES”**



MARTIM F 5ºA

DIREITO À VIDA

O artigo 6º da Convenção define que todas as crianças têm direito à vida e que cabe ao Estado assegurar a sobrevivência, bem como o desenvolvimento de todas as crianças.

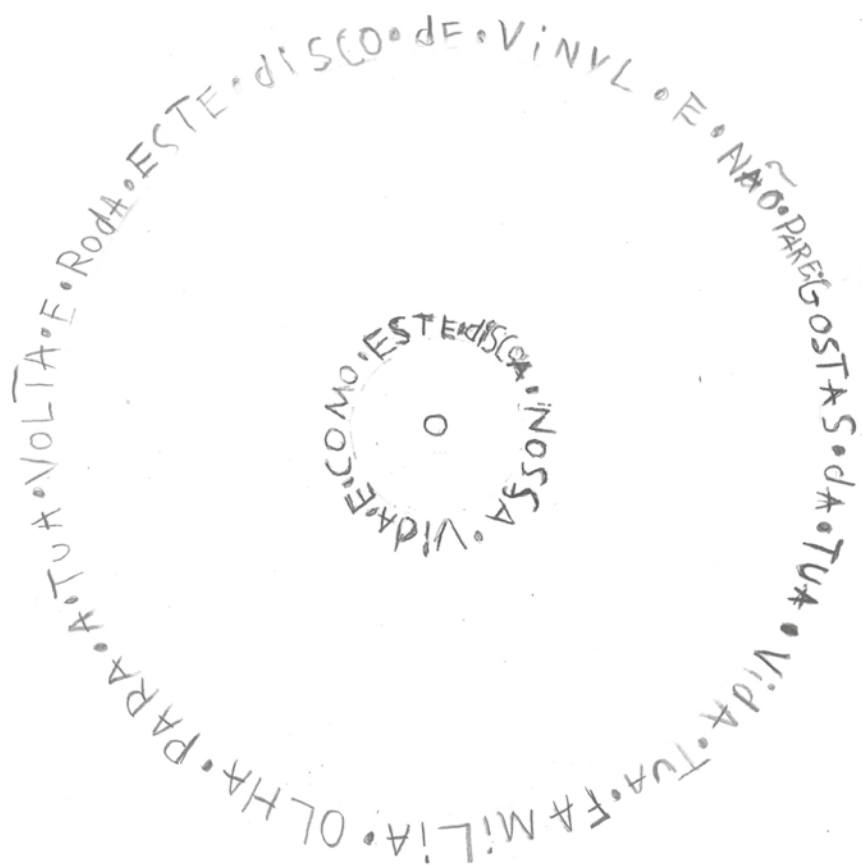
As crianças têm direito. As crianças devem ser respeitadas com amor e carinho.

DIREITO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

De acordo com o artigo 23º, todas as crianças com deficiência têm direito a cuidados especiais, a uma educação e formação adequadas que lhes possibilitem ter uma vida plena e em condições dignas para que possam atingir o maior grau possível de autonomia e integração social.

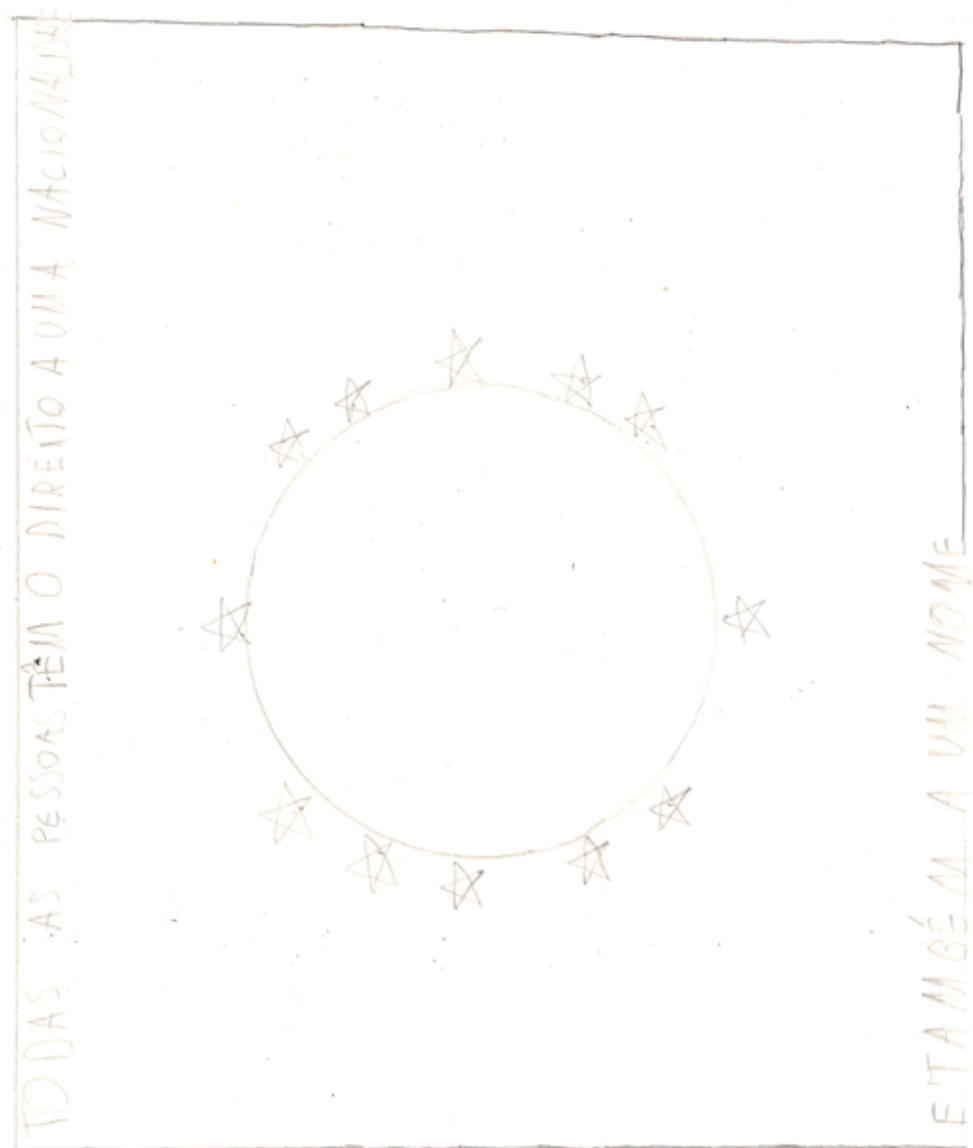
TENHO OS MEUS DIREITOS SÃO BRANCA R. TENHO DIREITO A SER FELIZ. TE NHODIREITO A FAZER
TAMBÉM. TAMBÉM. ADESSO. LÍVRE. TODAS AS PESSOAS TEM MUITOS DIREITOS. POR CECIDADES.
AUSER. LIVRE. TODAS AS PESSOAS TEM MUITOS DIREITOS. POR CECIDADES.

No artigo 25º encontra-se o direito das crianças em situações em que estas são separadas das famílias e são colocadas numa instituição para fins de assistência, proteção ou tratamento. As crianças, nestes casos, têm direito a que revejam a sua colocação, de forma periódica, com o objetivo de salvaguardar o seu bem-estar.



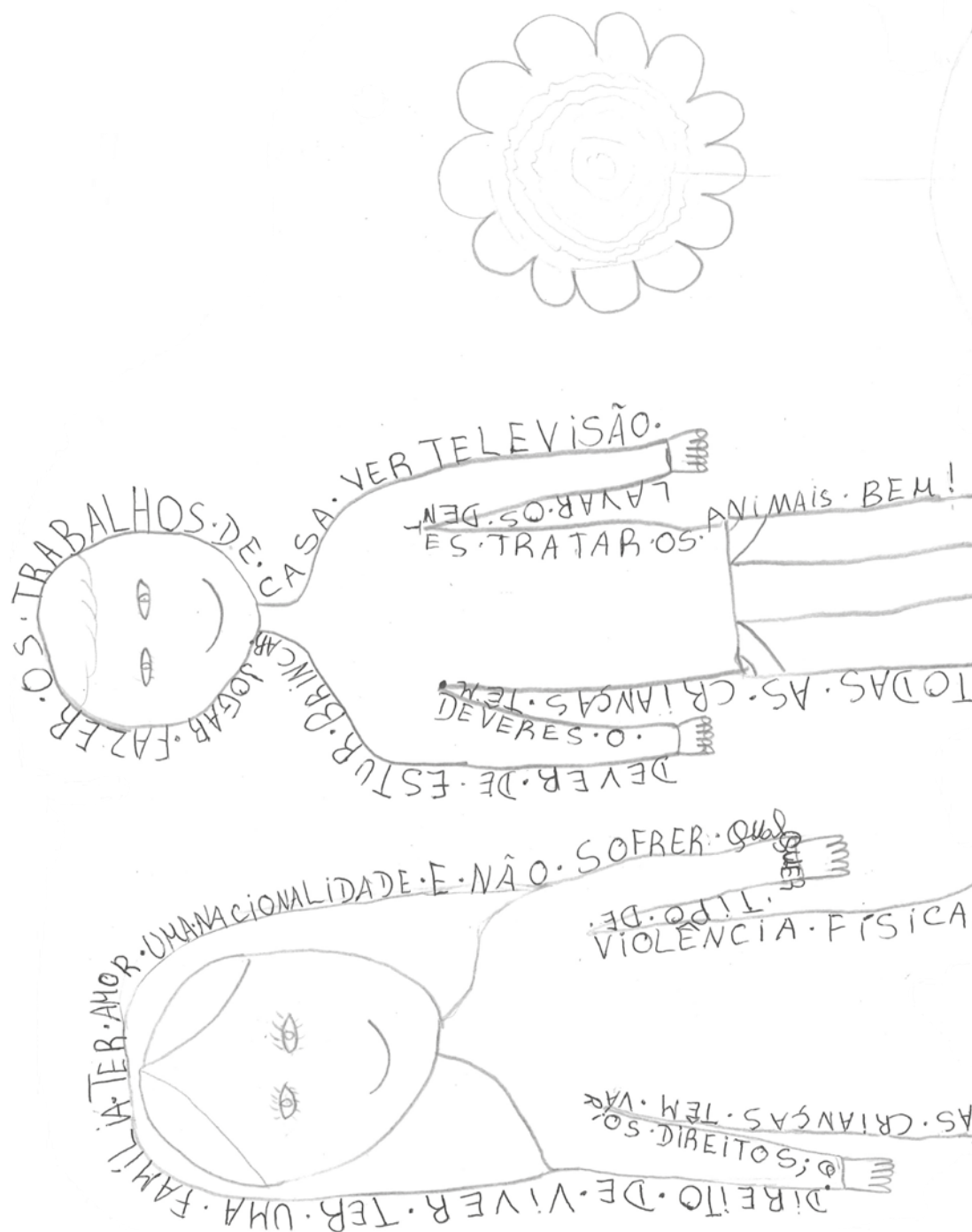
DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL

O artigo 26º deixa bem claro que todas as crianças têm direito a benefícios da segurança social, em que se inclui prestações sociais.



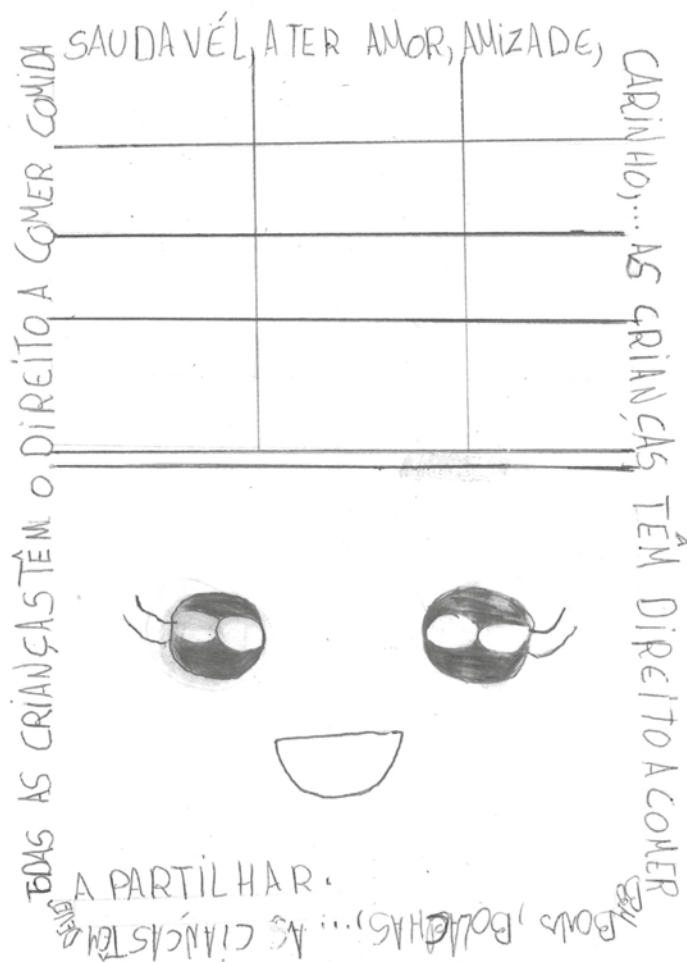
DIREITO AO NOME E NACIONALIDADE

No artigo 7º da Convenção encontra-se explícito que todas as crianças desde o seu nascimento têm direito a um nome, bem como o direito a adquirirem uma nacionalidade e, sempre que possível, têm também o direito a conhecer os seus pais e serem criadas pelos mesmos.



DIREITO À FAMÍLIA

O artigo 9º da Convenção dita que todas as crianças têm direito a viver com os seus pais, salvo em situações em que possa estar em causa o seu Interesse Superior. As crianças têm também o direito de manter o contacto com ambos os pais, quer esteja separada de um ou de ambos.



DIREITO A UMA VIDA DIGNA

No artigo 27º encontra-se explícito que todas as crianças têm direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Salienta que cabe aos pais a responsabilidade principal de assegurar um nível de vida adequado aos seus filhos. Neste sentido, os Estados tem o dever de tomar medidas para que esta responsabilidade seja assumida. Dentro desta responsabilidade dos Estados pode constar o apoio material aos pais e aos seus filhos.



DIREITO À EDUCAÇÃO

O artigo 28º diz-nos que todas as crianças têm direito à Educação e que cabe aos Estados a responsabilidade de tornar o ensino primário obrigatório e gratuito. Têm ainda a obrigação de encorajar a organização de diferentes sistemas de ensino secundário e tornar o ensino superior acessível a todos de acordo com as capacidades de cada um.

A disciplina e normas escolares devem respeitar os direitos e a dignidade de todas as crianças.

Uma criança, a flor, ser criada
 com amor, tem
 direito a ser
 uma criança
 amada é
 um direito a ser
 respeitado, direito
 a ser o
 tratado de fundo de

DIREITO DAS CRIANÇAS DE MINORIAS OU DE POPULAÇÕES INDÍGENAS

O artigo 30º explicita-nos que todas as crianças pertencentes a uma população indígena ou a uma minoria têm o direito de ter a sua própria vida cultural, de praticar a sua religião, bem como utilizar a sua própria língua.



DIREITO A BRINCAR, A LAZER, A ATIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS

O artigo 31º diz que todas as crianças têm o direito a brincar. Têm direito ao repouso e a tempos livres. Têm o direito a participar em jogos e atividades próprias para a sua idade. Têm o direito de participar livremente na vida cultural e artística, de ir ao teatro, de participar em atividades de leitura, participar em eventos desportivos e eventos culturais adequados à sua idade e que contribuam para o seu crescimento, desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico, que despertem o gosto pelas artes e promovam o seu desenvolvimento integral.

ART. 12º
TODAS AS CRIANÇAS TÊM O DIREITO
A SEREM OUIDAS EM TODOS OS PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS QUE AS AFETEM, SEJA DIRETAMENTE, SEJA POR INTERMÉDIO DE UM REPRESENTANTE OU DE UM ÓRGÃO APROPRIADO, EM CONFORMIDADE COM AS REGRAS PROCESSUAIS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL.

DIREITO À OPINIÃO

No artigo 12º encontra-se definido que todas as crianças têm o direito de formular os seus próprios pontos de vista, o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos que lhes dizem respeito, e as suas opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança.

Têm o direito a serem ouvidas em todos os processos judiciais ou administrativos que as afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

DETER A MOR DETER
UMA FAMÍLIA DETER
COMER DETER LIBERDADE
AS CRIANÇAS TÊM DIREITO
FAMÍLIA COMER LIBERDADE
AMOR FAMÍLIA COMER
LIBERDADE

DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O artigo 13º diz que todas as crianças têm o direito de expressar-se livremente, seja por escrito, oralmente, por meio das artes. ou por outro meio escolhido por si mesmas. Têm o direito de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras.

Todas as crianças têm o direito de
 expressar o que pensam, sentir e
 acreditar sem o direito de
 serem discriminadas por causa de
 sua cor, origem étnica, língua
 materna, religião, opinião política
 ou qualquer outra condição.

DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO

O artigo 14º dita que todas as criança têm o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de crença religiosa.

DEIXA AS CRIANÇAS NÃO DEVEM SER MALTRADAS
POSSAM TODAS AS CRIANÇAS ATÉ PODER SER
PARTILHAR OS SENTIMENTOS COM OS
DEIXA MAS AJUDAS DEVEM
OM AMOR É CARINHO NÃO NUNCA GOZAR
COM A CRIANÇA

DIREITO À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

O artigo 15º diz-nos que todas as crianças têm o direito de se reunirem, de aderirem ou de formarem associações.



DIREITO À PROTEÇÃO DA VIDA PRIVADA

No artigo 16º encontra-se explícito que todas as crianças têm o direito a ser protegidas contra intromissões na sua vida privada, na sua família, residência, correspondência e contra ofensas que possam ocorrer contra a sua honra e reputação.



DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO APROPRIADA

O artigo 17º diz-nos que os Estados devem garantir às crianças o acesso à informação e a materiais provenientes de fontes diversas, bem como encorajar a difusão de informação, pelos meios de comunicação, que seja de interesse social e cultural para as crianças. Cabe também aos Estados tomarem medidas para proteger as crianças contra materiais prejudiciais ao seu bem-estar.

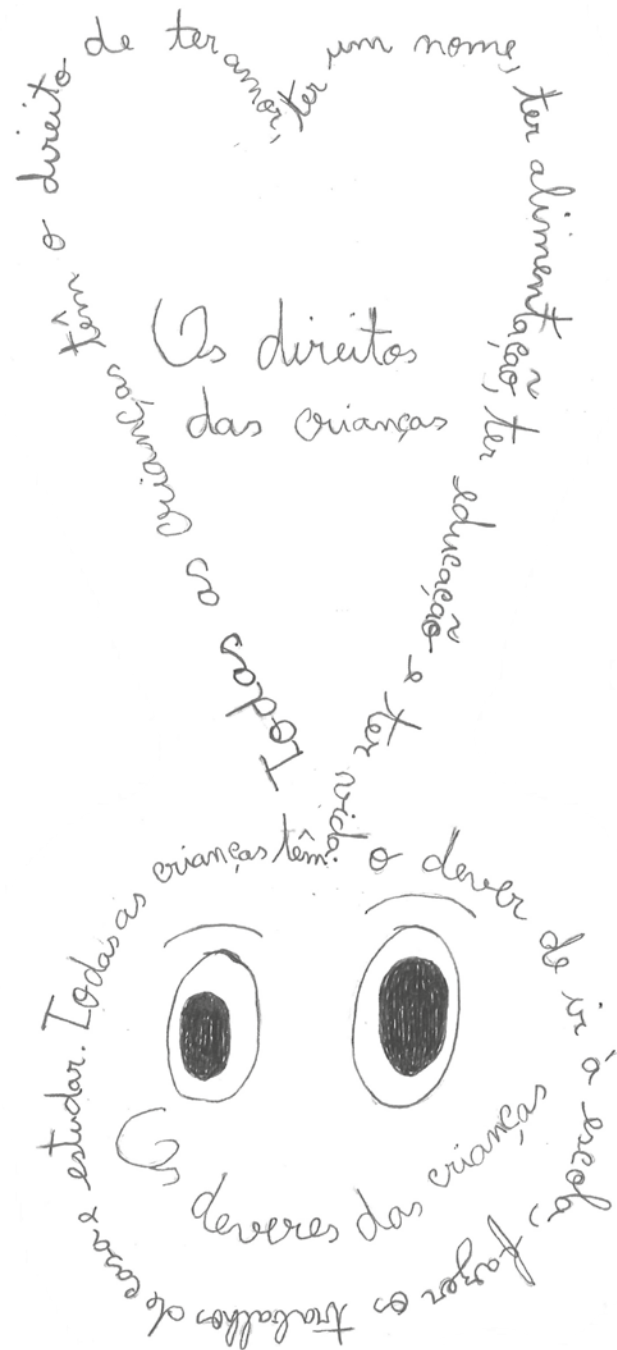


A hand-drawn heart shape. Inside the heart, the word "AMAR" is written in large, bold, outlined capital letters. Around the heart, there is a circular border containing the text "O DIREITO DE AMAR E VIVER. TODAS AS CRIANÇAS TÊM O DIREITO DE SER PROTEGIDAS. CONTRA A VIOLÊNCIA. TODAS AS CRIANÇAS TÊM O DIREITO DE AMAR E VIVER." in a smaller, handwritten font.

AMAR

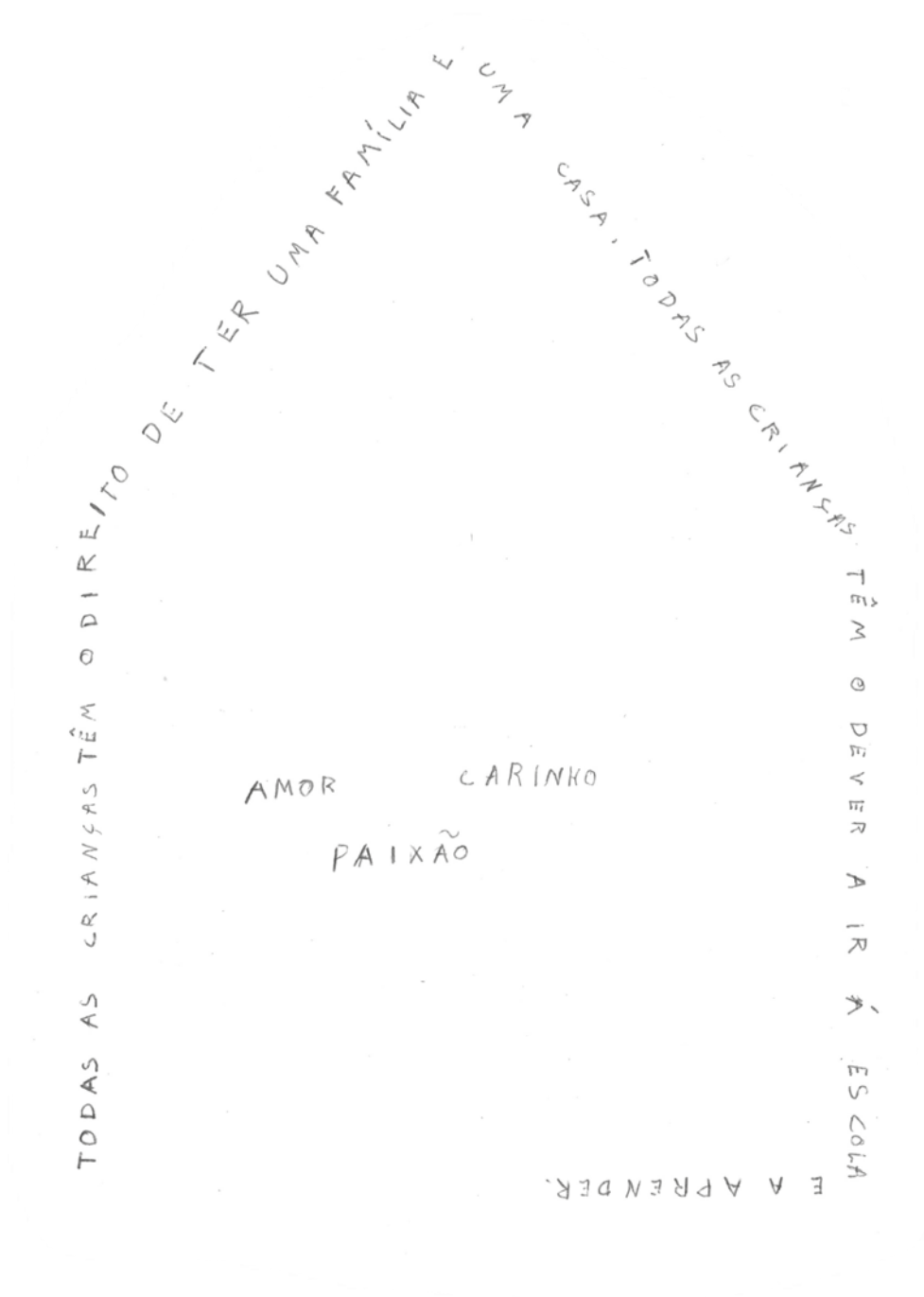
DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA MAUS-TRATOS E NEGLIGÊNCIA

No artigo 19º encontra-se definido que os Estados devem proteger as crianças contra todas as formas de maus-tratos por parte dos pais ou de outros responsáveis. Devem estabelecer programas sociais adequados para a prevenção dos abusos, bem como para tratar as vítimas.



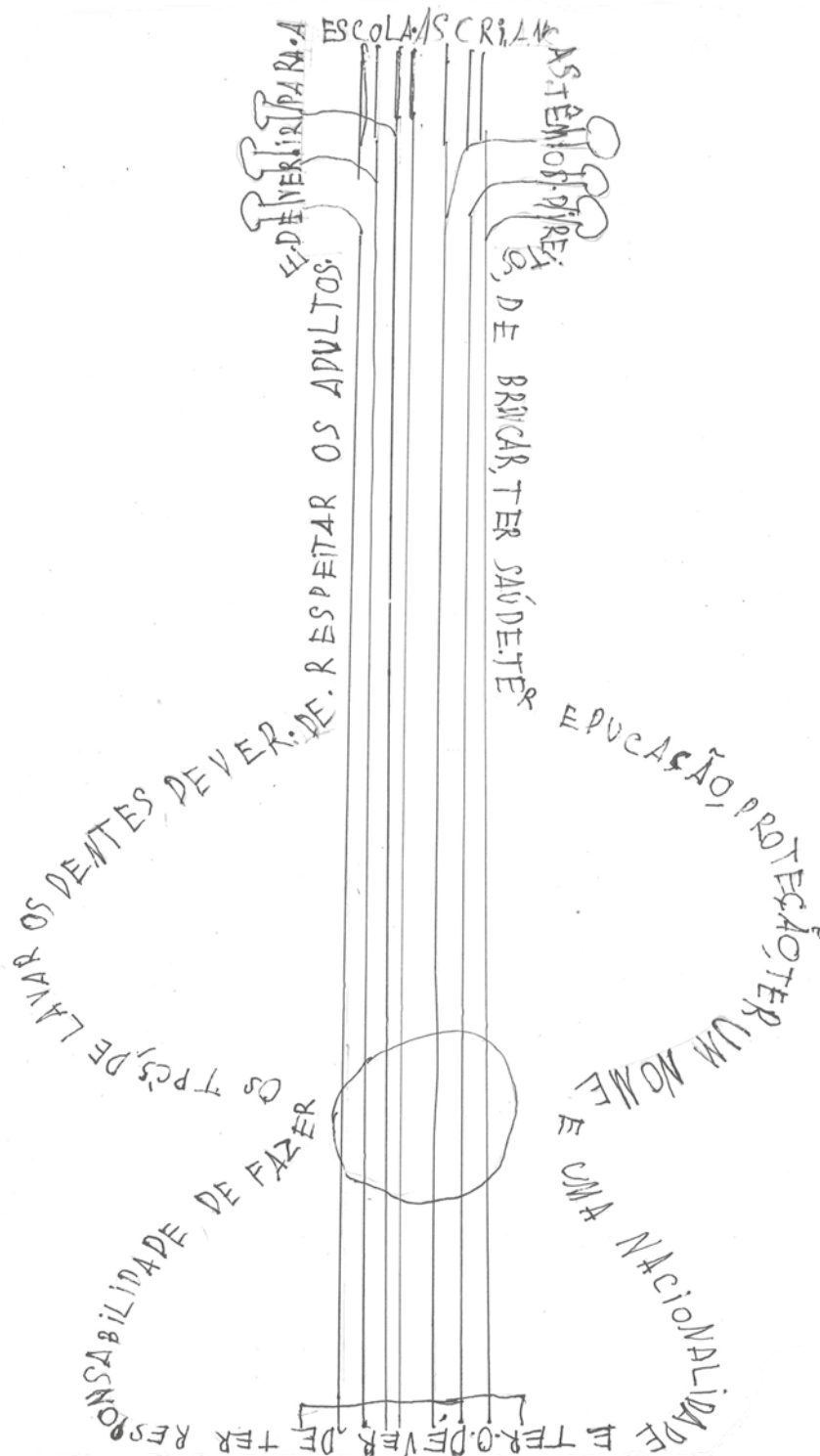
DIREITO À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS PRIVADAS DO AMBIENTE FAMILIAR

O artigo 20º diz-nos que os Estados têm a obrigação de assegurar proteção especial às crianças privadas do seu ambiente familiar, bem como de zelar para que possam beneficiar de cuidados alternativos e adequados ou colocação em Instituições apropriadas. Todas as medidas referentes a esta obrigação devem ter devidamente em conta a origem cultural das crianças.



DIREITO À ADOÇÃO

O artigo 21º diz-nos que nos países em que a adoção seja reconhecida ou permitida, esta só poderá ser concretizada no interesse superior das crianças e quando estiverem reunidas todas as autorizações necessárias por parte das autoridades competentes, assim como todas as garantias necessárias.



DIREITO DAS CRIANÇAS REFUGIADAS

No artigo 22º diz que as crianças refugiadas ou que procurem estatuto de refugiadas devem ter proteção especial. Os Estados têm a obrigação de colaborar com as organizações competentes que asseguram esta proteção.

NÓS TEMOS O DIREITO DE TER UM NOME, DE IR PARA A ESCOLA, DE BRINCAR E DE TER UMA QUALIDADE DE VIDA. TAMBÉM TEMOS O DEVEDOR DA NOSSA CASA, DE FAZER OS TRABALHOS DA ESCOLA E DE AJUDAR AS CRIANÇAS QUE SÃO DES-TRINHAS.

DIREITO DAS CRIANÇAS EM RELAÇÃO AO TRABALHO

No artigo 32º diz que todas as crianças têm o direito de ser protegidas contra qualquer trabalho que coloque em perigo a sua saúde, a sua educação ou o seu desenvolvimento. Cabe aos Estados fixar idades mínimas de admissão no emprego e regulamentar as condições de trabalho.

têm o direito de entrar e de ir à escola e o direito
 de serem protegidas contra o consumo de drogas e
 o tráfico de drogas e o tráfico de armas e
 o tráfico de pessoas e o tráfico de animais
 e o tráfico de plantas e o tráfico de minerais
 e o tráfico de bens culturais e o tráfico de
 bens materiais e o tráfico de bens imateriais.

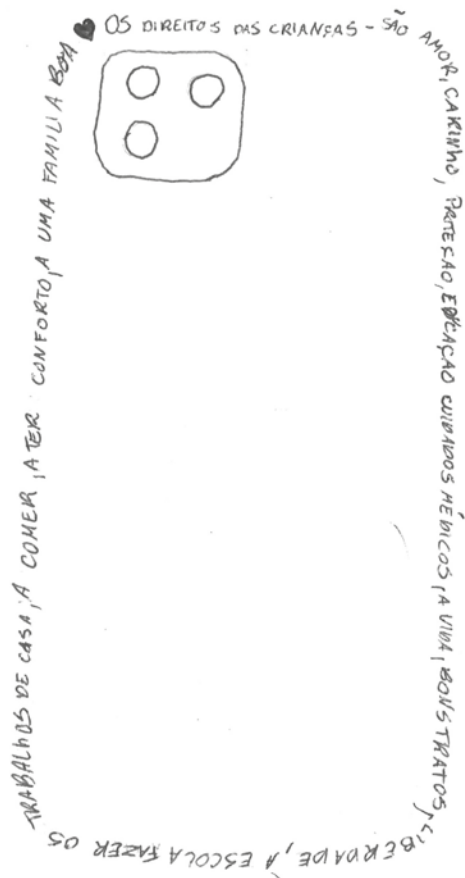
DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA O CONSUMO E TRÁFICO DE DRÓGAS

No artigo 33º diz que todas as crianças têm o direito de ser protegidas contra o consumo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, bem como contra a sua utilização na produção e tráfico de tais estupefacientes.

de ter uma boa
vida como
viver e
bem-estar
e saúde

DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL

No artigo 34º diz que todas as crianças têm o direito de ser protegidas contra a violência e a exploração sexual, nomeadamente contra a prostituição e a participação em qualquer produção de carácter pornográfico.



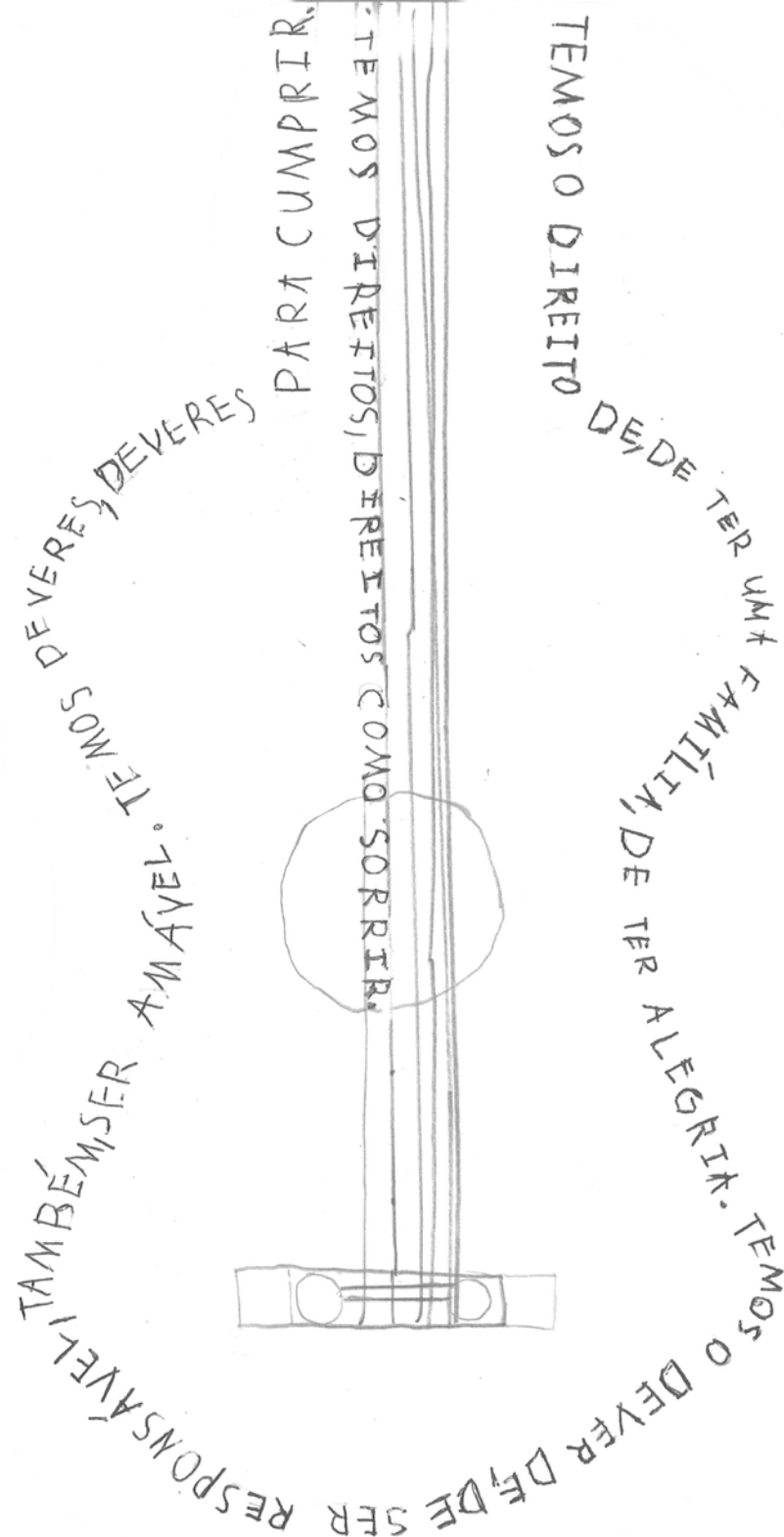
DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA VENDA, TRÁFICO E RAPTO

No artigo 35º diz que todas as crianças têm o direito a ser protegidas de rapto, venda e/ou tráfico.

ANOR FEFICIDAD

O artigo 40º diz que as crianças suspeitas, acusadas ou reconhecidas como culpadas de ter cometido um delito, têm direito a um tratamento que promova o seu sentido de dignidade e valor pessoal, que tenha em conta a sua idade e que vise essencialmente a sua reintegração na sociedade.

LEONARDO 5°B



DEVERES DAS CRIANÇAS E JOVENS

Para além dos Direitos, as crianças e os jovens também têm Deveres que devem ser cumpridos, para que possam viver com respeito, responsabilidade, tolerância, compreensão, harmonia e justiça.

Neste sentido é fundamental viver e agir de acordo com a Premissa dos três RRR centrada no Respeito por Si Próprio; Respeito pelo Outro e Responsabilidade das Suas Ações, que são três pilares fundamentais que ensinam a viver com mais amor e mais igualdade no mundo. Ajudam na tomada de consciência de si, do outro e de todas as suas ações, bem como do impacto que as mesmas podem ter na sua vida e na vida de todos os que os rodeiam.

Esta premissa compreende os Deveres que todos devem promover e desenvolver ao longo da sua vida.

OS DIREITOS

OS DIREITOS
É CERTAMENTE
SIGNIFICA O CERTO
E É UM DECRETO

NÓS CRIANÇAS TEMOS O
DIREITO À EDUCAÇÃO,
QUE NÓS DEVEMOS SER
RESPEITADOS MAS TAMBÉM
TEMOS QUE RESPEITAR OS
OUTROS

NÓS TAMBÉM TEMOS O
DIREITO DA IGUALDADE
PORQUE NÓS DEVEMOS
RESPEITAR A COR DOS OUTROS
COM AS CONSEQUÊNCIAS DOS Nossos ATOS
RESPONSABILIDADE QUE SIGNIFICA APRENDER
O DEVER MAIS IMPORTANTE É A
SIGNIFICA UMA OBRIGAÇÃO
OS DEVERES

OS DEVERES

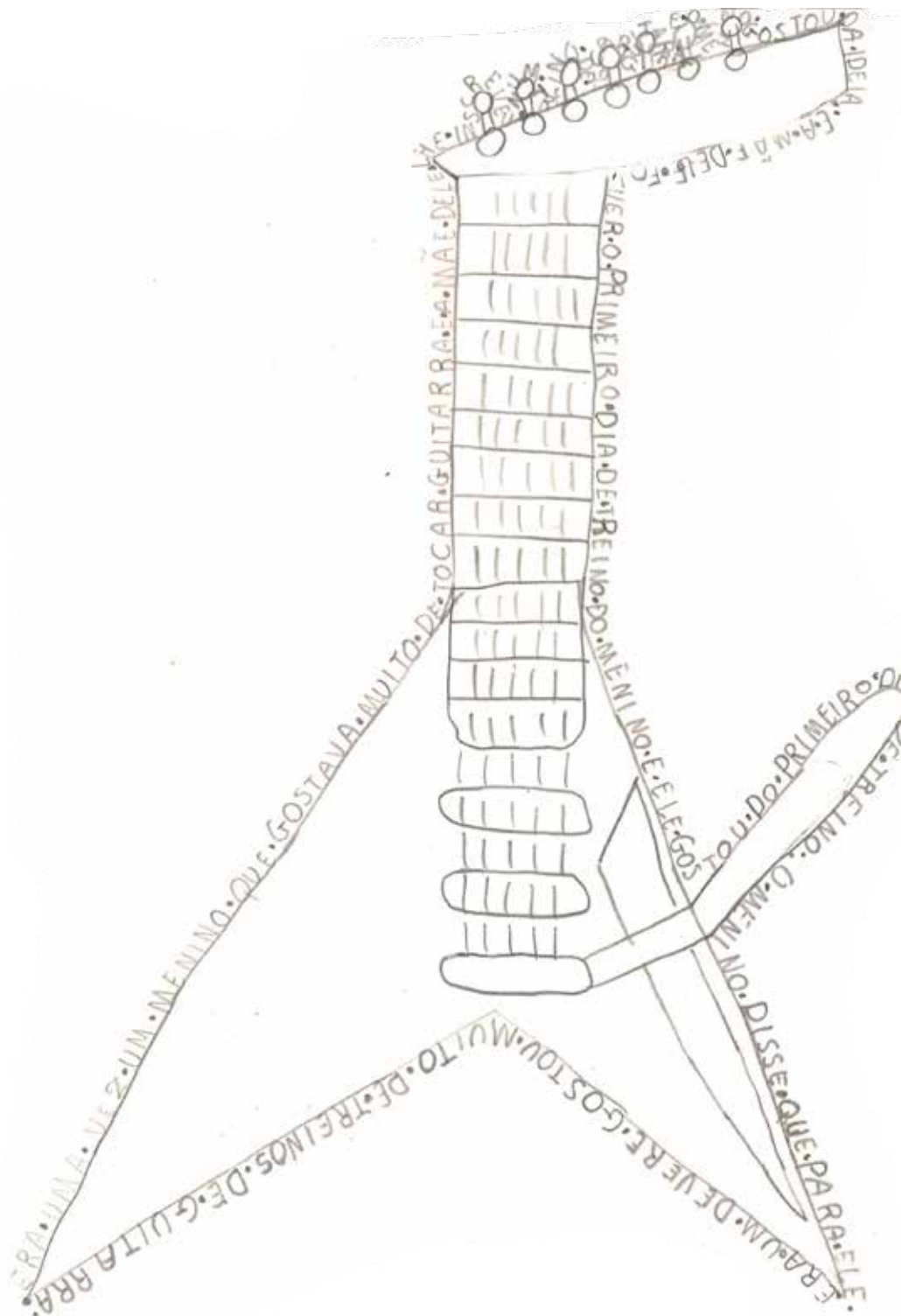
DEVER DE CONHECER DIREITOS E DEVERES

É um dever procurar saber sempre que houver dúvidas sobre os Direitos e Deveres a serem cumpridos.

OUTRAS. (COR DA PELE, RELIGIÃO, CLASSE SOCIAL) E TODAS AS
SENDO DIFERENTES
MESMAS
RESPEITADAS
TODAS AS CRIANÇAS
DEVEAM SER RECONSIDERADAS
DEVEAM SER RECONSIDERADAS
FREQÜENTAR A ESCOLA E
CUMPRIR O HORÁRIO
ESCOLAR, E RESPEITAR
OS PROFESSORES
E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA

RESPEITAR E NÃO DISCRIMINAR

É um dever respeitar todas as pessoas independente da raça, cor, sexo, género religião, classe social, condição económica e da sua condição física e/ou cognitiva;



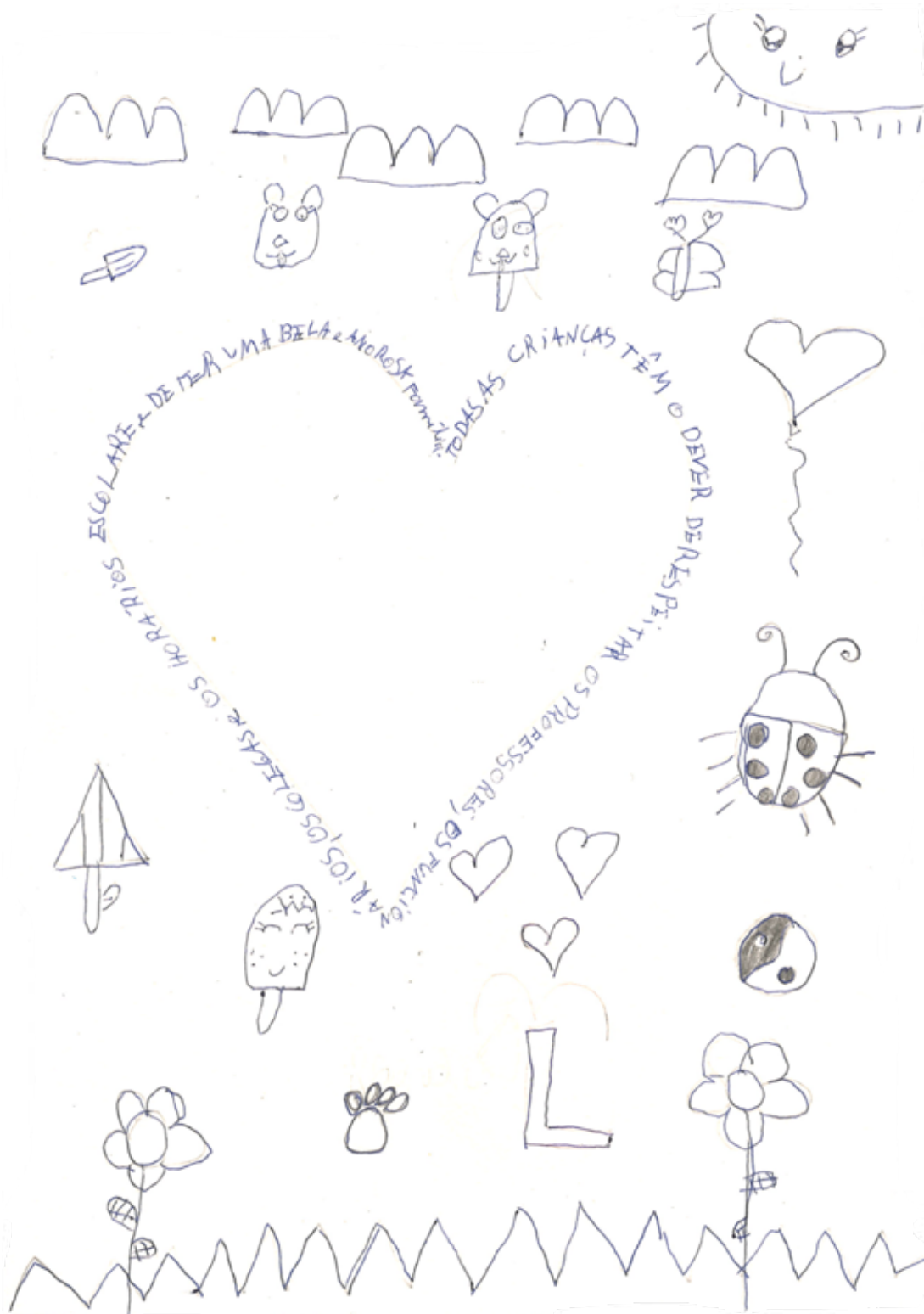
OUVIR E RESPEITAR A OPINIÃO DO OUTRO

É um dever escutar a opinião dos outros, compreender e respeitar que existem diferentes pontos de vista e opiniões.

AS CRIANÇAS TÊM O DEVER DE IR À ESCOLA, FAZER OS
TRABALHOS DE CASA E RESPEITAR A COMUNIDADE ESCOLAR.

DEVER FACE AO PROCESSO DE ENSINO

É um dever frequentar a escola com assiduidade, pontualidade, estudar, fazer os trabalhos escolares e cuidar do material escolar.



RESPEITAR OS VALORES E NORMAS DA ESCOLA

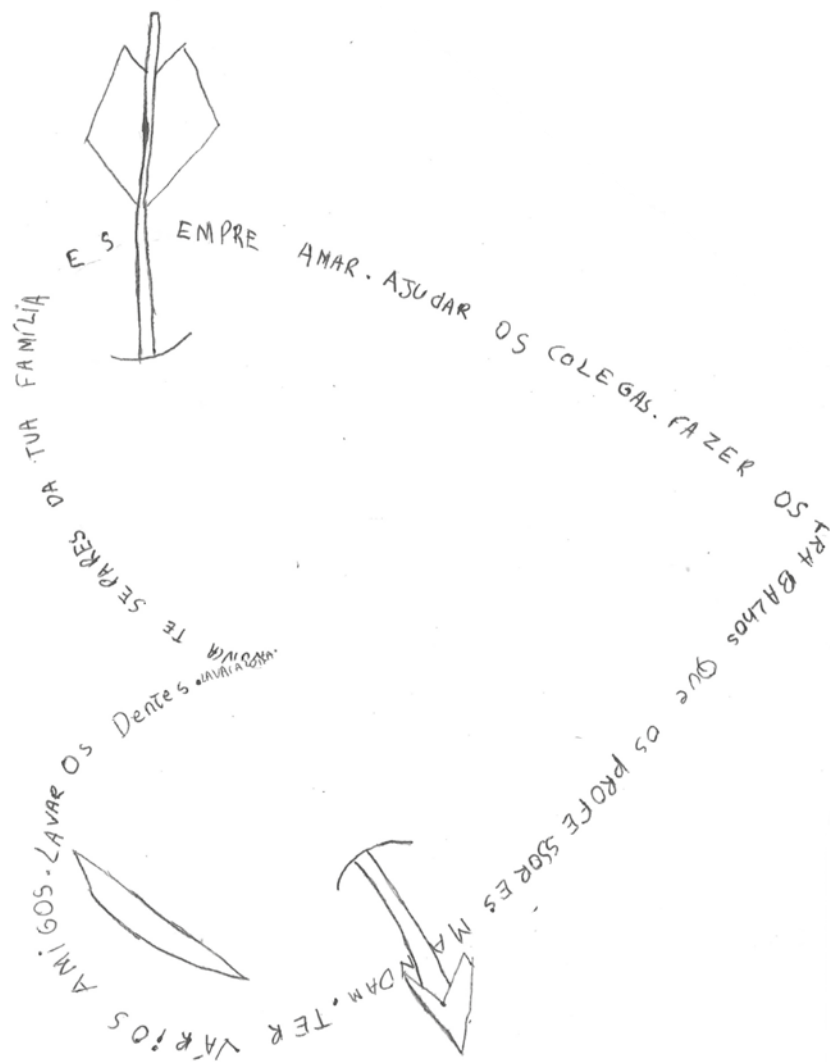
É um dever conhecer e respeitar os valores e as normas da escola e de respeitar a comunidade educativa, os pares e os espaços escolares.



RESPEITAR VALORES E NORMAS FAMILIARES

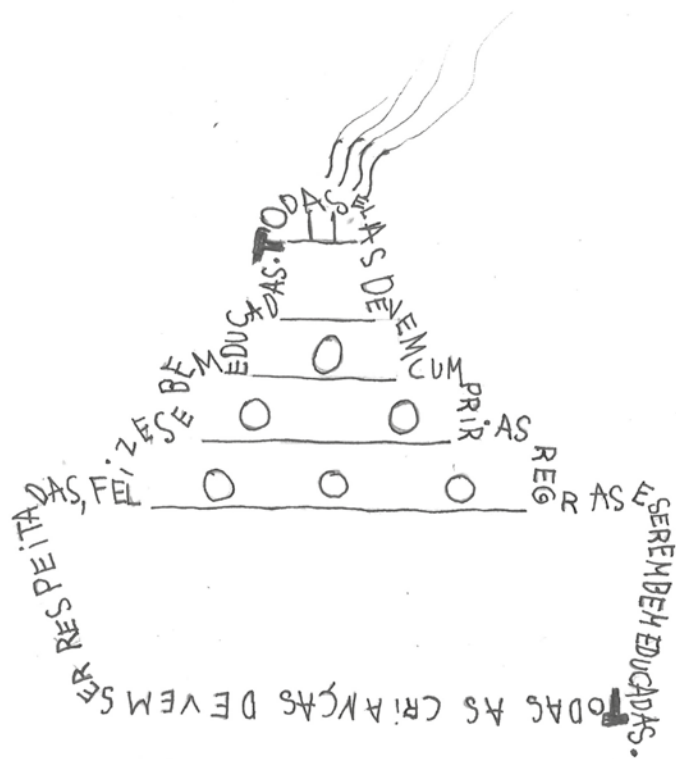
Dever de respeitar os valores e regras familiares, respeitar os pais, irmãos e outros familiares, bem como contribuir para um bom ambiente familiar.

ESTES SÃO OS DEVERES
NO CORAÇÃO



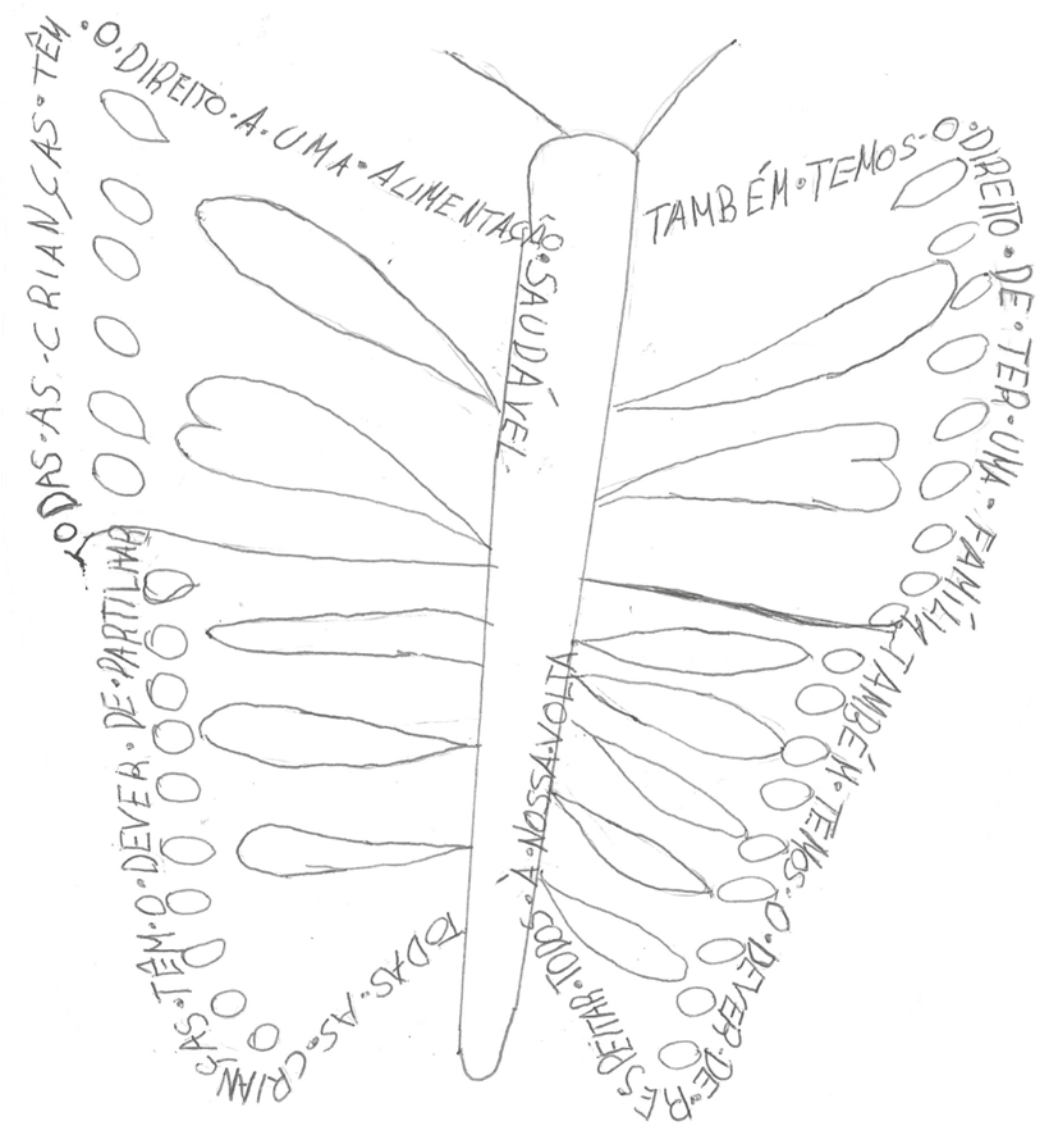
CUMPRIR COM AS NORMAS DE HIGIENE E ALIMENTAÇÃO

É dever tomar Banho, lavar os dentes, dormir cedo, alimentar-se de forma saudável.



CUMPRIR REGRAS DE ORGANIZAÇÃO E COLABORAÇÃO

É dever arrumar os brinquedos e material escolar nos espaços adequados.



DEVER DE PARTICIPAÇÃO

É dever participar ativamente na vida Familiar, na vida em comunidade e na vida em sociedade, tendo em vista contribuir para o bem estar de todos.



RESPEITAR OS ANIMAIS

É dever proteger, respeitar, amar e cuidar bem dos animais.



CONTRIBUIR PARA PROTEGER O AMBIENTE

É dever contribuir para a preservação do Meio Ambiente e dos espaços públicos, proteger e cuidar, não deitar lixo para o chão, nem estragar.

COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são Instituições Oficiais não Judiciárias com Autonomia Funcional.

Exercem as suas atribuições em conformidade com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) – Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, que se aplica às crianças/jovens em perigo que residem ou se encontram em território nacional.

Funcionam em duas modalidades, Restrita e Alargada e contam com a colaboração das autoridades administrativas, policiais, bem como pessoas singulares e coletivas que, no seu conjunto, procuram as melhores soluções para identificar e salvaguardar as crianças e jovens que estejam em situação de perigo.

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens têm como objetivos primordiais: promover os Direitos das crianças e jovens, bem como por fim a situações que possam afetar todos os contextos das suas vidas, tais como a segurança, a saúde, a educação/formação e desenvolvimento integral.

As Comissões têm o papel preponderante de trabalhar com as famílias, de modo a identificar problemáticas, verificar necessidades, numa atitude de apoio e orientação das famílias ou de quem tenha a guarda das crianças e jovens. As Comissões procuram, em parceria com as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, providenciar todos os meios físicos e humanos, ferramentas e estratégias que possam contribuir para o melhoramento da qualidade de vida das famílias e consequentemente para o bem-estar das crianças e jovens.

SUGESTÕES DE PESQUISA

Convenção sobre os Direitos das Crianças e Protocolos Facultivos.
Comité Português para a UNICEF; https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/unicef_convencao_sobre_os_direitos_da_crianca.pdf

Site da UNICEF - Portugal
<https://www.unicef.pt/unicef/em-portugal/>

Vídeo sobre os Direitos as Crianças
https://youtu.be/2txldr_OVcg

Site Nacional da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens CPCJ
Nacional
<https://www.cnpdpcj.gov.pt/inicio>

Facebook da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa
Cruz (CPCJ de santa Cruz)
<https://pt-pt.facebook.com/cpcjstacruz/>

RELATOS DOS ALUNOS

Os relatos dos alunos presentes neste livro são a expressão das suas emoções e sentimentos de felicidade, de ânimo e prazer por terem participado no Concurso Poesia Visual, mediante o qual realizaram as composições artísticas dos seus Direitos e Deveres, as quais puderam ver expostas na casa da Cultura de Santa Cruz e que agora são a parte ilustrativa integrante desta obra.

Nestes relatos não houve a preocupação em verificar e/ou orientar e corrigir a escrita, nem a gramática utilizada pelos alunos. Aqui o mais importante foi a possibilidade dada a cada aluno de, livremente e genuinamente, escrever o que sentiu no seu coração quando esteve envolvido na atividade, quando, após a mesma, pôde observar os resultados do seu trabalho exposto ao público e apercebeu-se da importância e do valor do seu desempenho e dedicação.

Consideramos, pois, que são estas pequenas sementes de valorização e reconhecimento nos alunos e do que cada um é capaz de fazer e realizar que promovemos a vontade e o desejo crescentes de fazer mais e melhor, com confiança, determinação, amor, alegria e dedicação....

Pensar nas crianças,
é saber valor os seus
dinheiros e orientá-los para
o cumprimento dos seus
deveres.
Prof. Lidodavio + Deusofimato
Vale tudo

13/12/21

O que eu mais gostei foi
poder participar na própria
atividade, foi muito boa e divertida.

Mateus ♥

Eu gostei aprendi coisas novas
eu amei foi incrível.

mafalda

A atividade esta foi muito fidede, foi uma
experiencia nova e muito boa, foi muito divertida e repetida

Rodrigo
♥

Eu gostei da
minha experiência
nesta atividade, porque
conheci os meus
Direitos e deveres.

Constança
SD

A atividade foi muito boa e tinha muitos desenhos
feitos

Bernardo

Eu gostei desta atividade e gostei de aprender os
direitos e deveres.

Matilde Pereira

Gostei da experiência porque aprendi que
devo respeitar todos

c) Tiago Lima

Gostei muito da exposição
estava criativa e ajudou a eu
compreender a minha educação e
cultura.

Laura B

Eu achei esta atividade muito divertida
pois conseguimos descobrir a importância
dos direitos e deveres

Leonardo

Eu gostei de ir à casa da
cultura e ver os nossos trabalhos
expostos. Aprendi os direitos e
deveres e como devo estar em
sociedade.

Mariana Olima

Eu gostei muito desta atividade pois aprendi
a importância dos direitos e deveres e descobri como
formamam-se.

Diogo Freitas

Eu amei esta atividade, foi muito divertido.
Quero fazer de novo.

Iano Mendonça

Eu adorei esta nossa atividade então aprendi
a importância dos direitos e deveres e descobri
como nasceram.

Lela Seretira

Eu gostei porque desenhei e pode fazer o que quis.

Gonçalo

Aprendi novas coisas.

jean

Eu achei que esta atividade é divertida e dá para aprender muita coisa.

Margarida Lobo

Todas as crianças têm direito a ter amizade, amor, carinho, ...
Todas as crianças têm o direito a
Estudar, escrever, ler, desenhar, pintar,
brincar, ... Eu gostei muito desta
atividade.
Francisca Vireo

Eu gostei muito desta atividade,
(fiquei) consegui aprender mais coisas dos
direitos e deveres.

Leonor Pereira

Eu gostei desta atividade, e fiquei a saber mais
coisas sobre os direitos e deveres!

Nicole Silva

Eu achei esta atividade divertida e
fiquei a saber muito mais do que sa-
bia antes sobre os direitos e deveres.

Eva Pereira

AGRADECIMENTOS

Acreditamos que a gratidão é um dos atos mais nobres do ser humano e que o trabalho em parceria traduz-se numa riqueza imensa e numa oportunidade de chegar muito mais longe e mais fortes ao destino a que nos propomos. É com base nesta reflexão, de que juntos vamos mais longe, que a CPCJ de Santa Cruz agradece a todos os que contribuíram para que este projeto fosse exequível até a esta fase, à da construção desta obra que se destina a crianças e jovens, cuja intenção é a de fazer chegar a mensagem contida neste livro ao maior número de pessoas e que a mesma toque o coração de cada um.

É neste seguimento que a CPCJ de Santa Cruz tece os sinceros agradecimentos:

À Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, aos seus Alunos das Turmas de 5º Anos de Escolaridades e aos Professores que os orientaram;

À Câmara Municipal de Santa Cruz e à Casa da Cultura de Santa Cruz; À Dra. Sofia Henriques pela redação do prefácio;

À Dra. Joana Raimundo;

Ao Fotógrafo Jorge Melim;

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para este livro.

